



# CULTURA LUSÓFONA CONTEMPORÂNEA

## Fronteiras e Horizontes: espaço(s) e tempo(s) de diálogo

**Coordenação:** Luís Miguel Cardoso, Teresa Mendes, Filomena Barradas, Teresa Oliveira, Luís Henriques

**Título**

Cultura Lusófona Contemporânea - Fronteiras e Horizontes: espaço(s) e tempo(s) de diálogo

**Coordenação da Edição**

Luís Miguel Cardoso, Teresa Mendes, Filomena Barradas, Teresa Oliveira, Luís Henriques

**Editor**

Instituto Politécnico de Portalegre

**Coordenação Gráfica**

Gabinete de Comunicação e Imagem do Instituto Politécnico de Portalegre

**ISBN**

978-989-8806-28-4

**Idioma**

Português

**Suporte**

Eletrónico/PDF

**Data de Edição**

Dezembro de 2018

## APRESENTAÇÃO

O presente livro resulta de uma seleção das comunicações apresentadas no **III Congresso Internacional de Cultura Lusófona Contemporânea - CICLC 2018**, que se realizou na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, nos dias 8 e 9 de novembro de 2018, subordinado ao tema **Fronteiras Horizontes: espaço(s) e tempo(s) de diálogo**.

A escolha das comunicações apresentadas no **CICLC2018** e agora publicadas foi feita através de um processo de *double blind peer review*, materializado pela Comissão Científica, de acordo com os habituais padrões de rigor científico adotados internacionalmente.

Este Ebook inclui reflexões associados aos diferentes eixos temáticos do Congresso (Literatura e cultura contemporâneas, Ensino da língua e da literatura, Fronteiras e horizontes da língua, e Diálogos Interculturais e Interartes) e reflete a pluralidade de olhares que contemplam a Lusofonia. O espaço-tempo da Lusofonia é hoje marcado pela redefinição das fronteiras, muito para além da geografia física, em momento de conexão global e interativa, de porosidade textual e linguística, em diversidade e pluralidade temática e discursiva, em polifonia de criação e receção, contribuindo, assim, para uma (re)descoberta dos novos territórios permeáveis. O que nos une nestes oceanos de diversidade perpassa os nossos olhares sobre a Língua, a Literatura e a Cultura, em novos e desafiantes diálogos com o “EU”, o(s) “Outro(s)” e mundo, real ou ficcional, mas sempre com identidade distintiva. Neste espaço-tempo para além dos meridianos, busca-se a permanente (re)invenção da palavra e do discurso, capaz de lançar os nossos olhos para novos horizontes de construção da Lusofonia.

Com este livro, continuamos a contemplar esses horizontes, sempre renovados, com a vitalidade da Língua Portuguesa, que nos une em projeção para o nosso futuro comum.

A Comissão Organizadora

### **III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CULTURA LUSÓFONA CONTEMPORÂNEA - CICLC 2018**

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre  
8 - 9 de novembro de 2018

#### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Luís Miguel Cardoso (Instituto Politécnico de Portalegre – ESECS)  
Luís Henriques (Instituto Politécnico de Portalegre – ESECS)  
Maria Filomena Barradas (Instituto Politécnico de Portalegre – ESECS)  
Teresa Mendes (Instituto Politécnico de Portalegre – ESECS)  
Teresa Oliveira (Instituto Politécnico de Portalegre – ESECS)

#### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Adriana Guimarães (Instituto Politécnico de Portalegre)  
Ana Luísa Vilela (Universidade de Évora)  
Ana Paula Tavares (Universidade de Lisboa)  
Ângela Balça (Universidade de Évora)  
Ângela Fernandes (Universidade de Lisboa)  
Carlos Teixeira (Instituto Politécnico de Bragança)  
Clara Nunes Correia (Universidade Nova de Lisboa)  
Edgar Kirchof (Universidade Luterana do Brasil)  
Eliane Debus (Universidade Federal de Santa Catarina)  
Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa)  
Fátima Mendonça (Universidade de Lisboa)  
Fernanda Mota Alves (Universidade de Lisboa)  
Fernanda Mendonça (Universidade de Lisboa e Universidade Eduardo Mondlane - Maputo)  
Fernando Fiorese (Universidade Federal de Juiz de Fora)  
Helena Cameron (Instituto Politécnico de Portalegre)  
Iara Tatiana Bonin (Universidade Luterana do Brasil)  
Janete dos Santos Bessa Neves (Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro)  
Luís Henriques (Instituto Politécnico de Portalegre)  
Luís Miguel Cardoso (Instituto Politécnico de Portalegre)  
Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa)  
Maria Filomena Barradas (Instituto Politécnico de Portalegre)  
Maria da Graça Gomes de Pina (Università degli Studi di Napoli "l'Orientale")  
Maria José D' Ascensão (Instituto Politécnico de Portalegre)  
Maria José Gamboa (Instituto Politécnico de Leiria)  
Rosa Hessel Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
Teresa Mendes (Instituto Politécnico de Portalegre)  
Teresa Oliveira (Instituto Politécnico de Portalegre)

## ÍNDICE

<b>Adriana Mello Guimarães, Nuno Ricardo Fernandes</b> JORNALISMO E LITERATURA: TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS .....	7
<b>Adriano Milho Cordeiro</b> DA PRÉ-CONSCIÊNCIA DA IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA E DO SEU LOUVOR EM TEMPOS DE DOMÍNIO FILIPINO, NA ARTE POÉTICA DE D. ANTÓNIO DE ATAÍDE .....	14
<b>Ana Cláudia Salgueiro da Silva</b> PARA ALÉM DO TEXTO: A MEMÓRIA DOS <i>UNHAS NEGRAS</i> .....	25
<b>Ana Paula Gonçalves, Ana Cristina Sousa Martins</b> CIBERESCOLA DA LÍNGUA PORTUGUESA: PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA NO 1.º CICLO .....	39
<b>Ângela Balça, José Carlos S. Debus</b> OS TEXTOS LITERÁRIOS COMO ELEMENTOS MEDIADORES DO APRENDIZADO AUTÔNOMO E FORMADORES DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS E DE CIDADANIA NAS RELAÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	46
<b>Elisa Maria Dalla-Bona, Maria Luciana Scucato Benato</b> CONTO A PRINCESA E A ERVILHA, DE ANDERSEN, E A FORMAÇÃO DO ALUNO-AUTOR .....	57
<b>Eva Milheiro</b> TURISMO E LITERATURA: EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL E PERPETUAÇÃO DA MEMÓRIA .....	71
<b>Guilherme da Silva Braga</b> FUNCIONALISMO E TRADUÇÃO LITERÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A TEORIA E A PRÁTICA .....	85
<b>Helena Maria da Silva Santana, Maria do Rosário da Silva Santana</b> A FLAUTA DE TAMBORILEIRO NA RAIA PORTUGUESA: UM MEIO E UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL DAS POPULAÇÕES .....	98
<b>Helena Maria da Silva Santana, Maria do Rosário da Silva Santana</b> O PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL DE UMA REGIÃO NA DEFINIÇÃO DAS SUAS PAISAGENS SONORAS E NA EXTERIORIZAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO, EM SI, REAL .....	107
<b>Luís Miguel Cardoso, Joana Mouquinho Penderlico</b> MÉDIA, CULTURA E CIBERCULTURA: RELAÇÕES INTERSEMIÓTICAS NO CIBERESPAÇO. UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA REDE SOCIAL FACEBOOK .....	116
<b>Juliane Francischeti Martins Motoyama, Renata Junqueira de Souza</b> A LITERATURA COMO ELEMENTO DE APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA MATERNA: A APRESENTAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO AOS BEBÊS .....	136
<b>Lucas Augusto da Silva</b> UM VAZIO ENTRE OS DEGRAUS: O SILÊNCIO NA POESIA DE HILDA HILST E HERBERTO HELDER .....	148

<b>Lucila Tragtenberg</b> DESVELANDO E ANALISANDO PROCESSOS DE TRANSCRIÇÃO INTERPRETATIVA DO CANTOR .....	159
<b>Luís Miguel Cardoso, Luís Filipe Alves</b> MÉDIA, CULTURA E CIBERCULTURA: NOVOS DIÁLOGOS E FRONTEIRAS PARA A CIDADANIA – UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO – A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS .....	171
<b>Luís Miguel Cardoso, Teresa Mendes</b> ESPECTRO, FULGURAÇÃO E CONDIÇÃO HUMANA EM APARIÇÃO: DO ROMANCE DE VERGÍLIO FERREIRA AO FILME DE FERNANDO VENDRELL – A RECEÇÃO NOS MÉDIA .....	197
<b>Maria Filomena Barradas</b> INTERSTÍCIOS, LABIRINTOS E OLHARES EM HOTEL DE PAULO VARELA GOMES .....	206
<b>Maria José M. Madeira D’Ascensão</b> A FRATURA DA REALIDADE NO REFLEXO D’ “O FUNDO DO ESPELHO” DE JOSÉ RÉGIO .....	217
<b>Maria José D. Martins, VALORIZA, Suzana Nunes Caldeira, Osvaldo Silva, Maria Mendes, Áurea Sousa</b> PRAXE ACADÉMICA E TROTE ESTUDANTIL: MANIFESTAÇÃO DE CULTURA ACADÉMICA OU DE DECADÊNCIA CIVILIZACIONAL EM DOIS PAÍSES LUSÓFONOS .....	225
<b>Natalia Luiza Carneiro Lopes Acioly, Francisco Acioly de Lucena Neto</b> O TRÁFICO DE DADOS PESSOAIS E A CONSTRUÇÃO DE PASSADOS INVEROSSÍMEIS NO ESPAÇO DA LUSOFONIA NA PERSPECTIVA LITERÁRIA E CINEMATOGRAFICA O VENDEDOR DE PASSADOS DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA E LULA BUARQUE DE HOLLANDA .....	239
<b>Orquídea Ribeiro, Susana Pimenta</b> CARTAS DE INHAMINGA (2017) DE UNGULANI BA KA KHOSA: UMA LEITURA.....	250
<b>Otávia Veiga Laranjeira Malheiros, Carolina Veiga Malheiros Brandão</b> ECOS DE NARCISO: breve ensaio sobre a mulher que foi ela antes dela mesma o ser ou breve ensaio sobre o romance O planeta desconhecido e romance da que fui antes de mim, de Luísa Dacosta.....	256
<b>Susana Pimenta, Orquídea Ribeiro</b> O PARAÍSO E OUTROS INFERNOS, DE JOSÉ EDUARDO AGUALUSA: RETRATO DA SOCIEDADE PÓS-COLONIAL .....	264
<b>Teresa Coelho</b> CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS, ANÁLISE DE UM EXORCISMO .....	270
<b>Teresa Mendes, Luís Miguel Cardoso</b> DA RELAÇÃO EU-TU À RELAÇÃO EU-ESCRITA-DE-MIM: PONTES E FRONTEIRAS ENTRE A ESCRITA DIARÍSTICA E A EPISTOLAR EM ALUA DE JOANA, DE MARIA TERESA MAIA GONZALEZ .....	280
<b>Teresa Mendes, Maria Leão</b> CULTURAS EM DIÁLOGO: LITERATURA INFANTIL E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL .....	293

# PRAXE ACADÉMICA E TROTE ESTUDANTIL: MANIFESTAÇÃO DE CULTURA ACADÉMICA OU DE DECADÊNCIA CIVILIZACIONAL EM DOIS PAÍSES LUSÓFONOS

Maria José D. Martins

Instituto Politécnico de Portalegre

VALORIZA

[mariajmartins@ipportalegre.pt](mailto:mariajmartins@ipportalegre.pt)

Suzana Nunes Caldeira

Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.UAc/CICS.NDVA.UAc [suzana.n.caldeira@uac.pt](mailto:suzana.n.caldeira@uac.pt)

Oswaldo Silva

Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais,

CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc [osvaldo.dl.silva@uac.pt](mailto:osvaldo.dl.silva@uac.pt)

Maria Mendes

Universidade dos Açores, GaPEOS [macmendes1@hotmail.com](mailto:macmendes1@hotmail.com)

Áurea Sousa

Universidade dos Açores, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, CEEApIA [aurea.st.sousa@uac.pt](mailto:aurea.st.sousa@uac.pt)

## Resumo

Este artigo apresenta uma investigação empírica com estudantes de licenciatura de duas instituições de ensino superior portuguesas de reduzida dimensão e visa conhecer melhor o fenómeno da praxe académica através de dois estudos qualitativos. Pretende-se ainda problematizar a natureza destas práticas, enquanto manifestações de cultura académica ou de decadência civilizacional, em dois países lusófonos (Portugal e Brasil), pois apesar da diferente designação usada nos dois países para o fenómeno - praxe académica e trote estudantil, respetivamente, esses termos referem-se a práticas similares e têm uma origem comum. No final ensaiam-se algumas explicações para o fenómeno a partir de modelos da psicologia social e propõem-se medidas para prevenir a praxe abusiva.

## 1. INTRODUÇÃO

A entrada para o ensino superior em Portugal (universidades e institutos politécnicos) é, na maioria dos casos, acompanhada por atividades denominadas por “praxe académica”, designação que tem o seu equivalente no chamado trote estudantil no Brasil. Essas atividades de trote/praxe são variadas e organizadas por estudantes integrados em comissões de trote/praxe, que são constituídas por estudantes mais velhos, a frequentar os últimos anos ou com mais matrículas e repetições no ensino superior. Os recém-chegados são denominados “caloiros” e os mais antigos de “veteranos”. Segundo os promotores do trote/praxe (as ditas comissões de praxe), as atividades neste contexto visam a integração dos recém chegados (mais novos) na vida académica. Geralmente, prolongam-se por algumas semanas no início de cada ano letivo, implicando faltas às aulas em algumas das instituições de ensino superior e/ou atividades à noite. Quando alguns estudantes se recusam a fazer alguma tarefa nesse âmbito estão previstos “tribunais de praxe” que submetem o caloiro a atividades mais rigorosas ou mesmo mais humilhantes do que as habituais. Algumas comissões de praxe têm publicados *on-line* códigos de praxe (sem valor jurídico) que preveem vários escalões para os estudantes do ensino superior e prescrevem o que cada um pode ou não fazer em cada um desses escalões (nomeadamente, como e em que situações e escalões vestir o traje académico em tons de preto e branco); preveem também castigos físicos para quem não cumprir o estipulado (cortes de cabelo e palmadas com uma colher de pau). Os símbolos da praxe são, na maioria das instituições, a moca, a colher de pau e a tesoura (ver, por exemplo, o código da praxe da Universidade de Coimbra, 2013).

A praxe académica em Portugal intensificou-se entre o final dos anos oitenta e a atualidade, sob pretexto de recuperar tradições académicas ancestrais (remontando às fundações da universidade, em particular da Universidade de Coimbra). Estas atividades estiveram praticamente ausentes no período que antecedeu e no período que se seguiu à revolução do 25 de abril de 1974, a qual introduziu o regime democrático em Portugal (entre os anos sessenta e início dos anos oitenta do século passado), vindo a ser recuperadas ou reinventadas e intensificadas a partir de finais dos anos oitenta. Do final dos anos noventa do século passado até à atualidade vários acidentes ocorreram alegadamente no âmbito da praxe, tendo-se registado cerca de 13 mortes e alguns acidentes com consequência graves em universidades e institutos politécnicos públicos e privados (Cabral e Mineiro, 2015; Santar, 2014). Esta situação tem sido debatida no parlamento português, levando os deputados dos partidos de esquerda a exigir medidas (Assembleia da República, 2008, 2016) e os membros do governo social democrata do ano de 2014, a lançar uma campanha contra as praxes abusivas e agressivas (com cartazes e endereço eletrónico para denúncias de trotes abusivos), na sequência de acidentes com consequências mortais para os envolvidos (Ministério de Educação, 2014). Em 2016, a Assembleia da República efetuou várias recomendações no sentido das instituições efetuarem estudos sobre as praxes, prevenirem as praxes abusivas e violentas, atuarem disciplinarmente quando estas ocorrem e dinamizarem atividades de recepção aos novos alunos de caráter lúdico e cultural

(Resolução n.º 38 da Assembleia da República, 2016). Ainda em 2016, o governo de coligação de esquerda financiou um estudo sobre o fenómeno, coordenado por Lopes e Sebastião (2017), que envolveu 64 instituições de ensino superior e 25 associações de estudantes, no decurso do qual foram aplicados questionários aos estudantes e realizadas entrevistas a alguns dos responsáveis pelas instituições de ensino superior e a dirigentes de várias associações de estudantes. Os resultados do referido estudo revelaram o seguinte: cerca de 75% dos estudantes portugueses, contra cerca de 25% dos estudantes de outros países, participam ou estão envolvidos nas atividades de praxe; o carácter múltiplo e contraditório destas atividades; a capacidade das comissões de praxe negociarem atividades, privilégios e apoios financeiros com as associações de estudantes, com os dirigentes das instituições de ensino superior e com o poder municipal local. No que se refere aos entrevistados (diretores de instituições e dirigentes associativos) foram registadas opiniões, claramente, contra, a favor e de indiferença relativamente ao fenómeno (Lopes & Sebastião, 2017).

No Brasil o trote estudantil parece também suscitar grande polémica e preocupação entre investigadores e responsáveis por instituições de ensino superior, que associam o início dessa prática a uma importação de atividades iniciadas em épocas medievais nas universidades europeias (Costa, Dias, & Dias, 2013; Zuin, 2011).

Apesar da praxe académica suscitar muita polémica na sociedade e nos meios de comunicação social portugueses, existem poucos estudos científicos que nos permitam compreender a natureza e o alcance do fenómeno. Nos últimos anos, esta temática começou a receber a atenção de vários autores das áreas das ciências sociais e humanas (e.g., Dias & Sá, 2013; Estanque, 2016; Lopes & Sebastião, 2017; Oliveira, Villas-Boas, & Las Heras, 2016), das ciências da educação e das ciências do comportamento (e.g., Caldeira, Silva, Mendes, & Botelho, 2015; Martins, Caldeira, Silva, Botelho, & Mendes, 2015). Alguns autores (Dias & Sá, 2013; Lopes & Sebastião, 2017) sugerem que as atividades ditas de praxe podem ser consideradas como rituais de passagem que visam a «desbestialização do caloiro» (expressão utilizada por Lopes e Sebastião, 2017, p. 8), com vista à sua reconfiguração identitária num novo grupo social – o de estudante de ensino superior.

Os contextos da praxe académica parecem reunir as condições do que Zimbardo (2007) denominou uma situação social total, na qual boas pessoas podem ser induzidas e seduzidas a prejudicar os outros, ou a atuar de forma irracional, autodestrutiva e antissocial quando imersas em “situações totais”, e sob uma pressão que afeta a coerência da personalidade individual, do carácter e da moralidade. Zimbardo (2007) considera que esse tipo de contexto implica sete processos sociais: dar o primeiro passo sem pensar; desumanização dos outros (o estudante recém-chegado é um bicho/cavalo); desindividuação do eu (atuar anonimamente, mascarado ou pintado); difusão da responsabilidade pessoal (os trotes/praxes ocorrem em grandes grupos ou bandos em que não se sabe bem a quem cabe a responsabilidade dos atos); obediência cega à autoridade percebida (às ordens gritadas pelos mais velhos ou mais antigos no sistema de ensino superior);

conformismo acrítico com as normas do grupo em que se entra; e tolerância passiva ou inação perante algo que se reprovava habitualmente. Segundo o referido autor, todos ou alguns destes processos constituem o ambiente propício para que alguém cometa um ato absurdo, irracional, temerário ou mesmo antissocial, ou seja, um ato de abuso de poder e de humilhação no âmbito da praxe. Aliás, Bandura e colaboradores (1996, citados por Iglesias, 2008, p. 165) já haviam sugerido que «todas as pessoas são capazes de construir ideologias morais para se convencer a si e aos outros da justeza de seus atos e princípios, consoante a sua conveniência e propõem o conceito de desengajamento moral para mostrar como os indivíduos podem exibir comportamentos desviantes ou antissociais sem se sentirem culpados ou censurados por isso». Neste sentido, foi evidenciada uma relação entre o desengajamento moral e a praxe académica por McCreary (2012), num estudo com universitários norte-americanos.

Uma investigação de Oliveira e colaboradores (2016), com 222 estudantes do primeiro ano da Universidade da Beira Interior, teve por base uma adaptação do questionário de Leymann Inventory of Psychological Terror (um instrumento para avaliar condutas de assédio moral em contexto laboral que inclui quatro fatores: limitar da comunicação com os outros, limitar o contato social, desprestigiar a pessoa e desacreditá-la) ao contexto da praxe académica para a avaliar nessa perspetiva. Os resultados revelaram que a grande maioria dos participantes (92.8%) admitiu ter sido exposta a alguma situação de assédio moral durante a praxe e que os comportamentos de assédio moral mais frequentes se relacionavam com a limitação da comunicação e o desprestígio das pessoas.

A maioria dos estudos desenvolvidos em Portugal tem incidido fundamentalmente no posicionamento dos estudantes face à praxe. Procurando contribuir para o debate sobre a temática da praxe académica, a investigação que se apresenta teve essencialmente, além desse, três grandes objetivos: identificar algumas das vivências da praxe académica em duas instituições de ensino superior portuguesas, de reduzida dimensão (Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e Universidade dos Açores (UAç)); conhecer o grau de envolvimento dos estudantes dessas instituições na praxe, o tipo de atividades desenvolvidas nesse âmbito; identificar e comparar as opiniões dos estudantes face à mesma em função do ano de escolaridade e da instituição de ensino superior frequentada.

## 2. MÉTODO

A investigação envolveu dois estudos de natureza qualitativa, um com um número de participantes mais reduzido (62), constituindo uma amostra obtida utilizando uma amostragem por conveniência, e outro envolvendo mais de metade (794) dos estudantes que frequentavam os cursos de licenciatura do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e da Universidade dos Açores (UAç), em Portugal.

## 2.1. Estudo 1

### Participantes

Participaram no estudo 62 estudantes das duas instituições de ensino superior consideradas, dos quais 26 (42%) eram do 1.º ano de um dos vários cursos do IPP (19 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 anos e os 38 anos e uma média de idades de 20 anos); e 36 (58%) eram do 1.º ano de um dos vários cursos da Uac (29 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 48 anos e uma média de idades de 22 anos. Os cursos frequentados pelos participantes neste estudo visavam preparar os estudantes para o exercício de profissões de ajuda.

### Instrumentos

Ficha com questões referentes a variáveis sócio-demográficas (sexo, idade, ano de escolaridade, curso) e uma pergunta aberta que pretendia inventariar todas as atividades em que cada estudante tinha participado no âmbito da praxe ("Por favor inventarie e descreva as atividades extra-curriculares relacionadas com a praxe e a vida académica na instituição de ensino superior que frequenta").

## 2.2. Estudo 2

### Participantes

Participaram 794 estudantes, 34% do sexo masculino e 66% do sexo feminino, com idades entre os 18 e os 58 anos (média =21.65 anos; mediana=19 anos), tendo-se verificado que mais de 90% dos estudantes desta amostra tinham menos de 27 anos. Desses 794 estudantes, 363 (46%) frequentavam o 1.º; 2.º ou 3.º anos de cursos de licenciatura do IPP e 431 (54%) frequentavam o 1.º, 2.º ou 3.º anos de cursos de licenciatura na Uac.

### Instrumentos

Foi solicitado aos estudantes que se pronunciassem sobre dois itens que constituem o objeto de análise neste artigo. O primeiro item solicitava a indicação de dois adjetivos para caracterizar as praxes; o outro pretendia saber qual o grau de envolvimento e o tipo de participação que haviam tido nas praxes, remetendo para cinco alternativas de resposta: a) "Não participei, declarei-me antipraxe"; b) "Não participei em quase nada, mas não me declarei antipraxe"; c) "Participei como *caloird*"; d) "Participei nas praxes, mas apenas em algumas atividades"; e) "Participei ativamente em quase todas as atividades". O par de adjetivos utilizado, por cada estudante, para caracterizar as praxes foi classificado em uma de três categorias: positiva (quando ambos eram de tonalidade positiva); negativa (quando ambos eram de tonalidade negativa) e ambivalente (quando um

dos adjetivos era positivo e o outro negativo). Dois juízes independentes efetuaram esta categorização, tendo-se obtido uma percentagem de acordo entre juízes na ordem dos 95% na categorização das respostas. A solicitação de palavras na forma específica de adjetivos para caracterizar as praxes foi considerada apropriada para se obter uma classificação com um carácter de avaliação para as expressões construídas pelos jovens e já havia sido testada com amostras oriundas apenas do IPP, em outros estudos (Martins et al., 2015).

### 3. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

#### 3.1. Estudo 1: Relatos das atividades de praxe pelos estudantes do 1.º ano

Dos 26 estudantes do IPP, três (dois do sexo feminino e um do sexo masculino) afirmaram não ter participado em nenhuma das atividades relacionadas com a praxe. A Tabela 1 apresenta as atividades que foram descritas pelos estudantes, sendo de referir que, como cada estudante podia inventariar várias atividades, a soma das atividades descritas é superior ao número de estudantes. Salientam-se algumas atividades bastante frequentes de tonalidade positiva, tais como jantares, convívios, desfiles, serenatas, cantares (alguns destes contendo letras obscenas). Outras, de natureza aparentemente mais neutra, tais como as pinturas no rosto e o batismo, podem levantar alguns problemas de saúde pública, pois as imersões ocorrem no início do inverno em fontanários e espelhos de água públicos. São, ainda, descritas outras atividades de natureza claramente humilhante, tais como insultos, gritos e simulação de atos sexuais e de posições de animais.

Tipo de atividade	Sexo feminino	Sexo masculino
Jantares, Conhecer novas pessoas, Conviver	12 (70.59%)	6 (100%)
Serenatas, Tunas (grupo coral de ensino superior), Cantar (por vezes cantar canções com letras obscenas)	11 (64.71%)	5 (83.33%)
Batismo do caloiro e/ou batismo do capote ou seja banhos no espelho de água do jardim do Tarro da cidade de Portalegre	8 (47.06%)	5 (83.33%)
Cortejo (desfile) do caloiro e /ou Enterro do caloiro (queima de boneco que representa o estudante novato/ recém-chegado)	9 (52.94%)	6 (100%)
Levar com uma mistela suja e malcheirosa no cabelo (água suja de peixe, leite podre ou óleo)	6 (32.29%)	3 (50%)
Insultos e Gritos	7 (41.18%)	1 (16.67%)
Fazer exercício físico (ex: flexões)	4 (23.53%)	0 (0%)

Pinturas no rosto (algumas com esmalte preto)	4 (23.53%)	0 (0%)
Subida à serra da Penha (escadaria íngreme na periferia da cidade de Portalegre que sobe até uma ermida no cimo de um monte)	1 (5.88%)	4 (66.67%)
Arraial de cerveja	2 (11.76%)	3 (50%)
Despiques entre as diversas Escolas do I PP (atividade não especificada)	5 (29.41%)	0 (0%)
Simulação de atos/posições sexuais e/ou de animais	4 (23.53%)	1 (16.67%)
Totais	17 (100%)	6 (100%)

*Tabela 1*

Descrições feitas pelos estudantes do IPP sobre as atividades em que participaram no âmbito da praxe = 23

A ambivalência com que a praxe é vivida fica bem expressa nos excertos de alguns dos testemunhos mais exaustivos, escritos por quatro destes estudantes. Assim, um jovem do sexo masculino de 18 anos afirmava «...foi um cortejo (*desfile*) do caloiro; alguns jantares; também houve imitação de posições sexuais; houve algumas praxes que considerei um pouco agressivas, pela forma rude e agressiva como falavam para os caloiros que se estavam a submeter à praxe; também houve algumas praxes que não considerei apropriadas e nem de integração dos alunos, uma vez que a praxe deveria ser de integração». Uma estudante do sexo feminino de 21 anos testemunhou: «Mandaram-me cantar músicas sem sentido e gritar; insultaram alguns caloiros; meteram óleo e porcarias no cabelo dos caloiros; mandaram fazer *agachamentos*; pintaram-me o rosto com verniz (*esmalte*) preto e as unhas também. Desisti ao segundo dia». Outra jovem do sexo feminino, com 19 anos, descreveu: «Canções, danças, pinturas nos braços e no rosto; banho no espelho de água do jardim público do Tarro; confrontos entre as várias escolas do IPP; levar com mistelas de água de bacalhau; jogos, jantares, incluindo o jantar do caloiro; por vezes pessoas superiores a nós eram um pouco mal educadas, só por serem superiores aos caloiros, achavam que podiam fazer tudo. Por vezes não respeitavam as nossas limitações».

Finalmente, uma estudante, de 18 anos, esclarece sobre os sentimentos desencadeados pela vivência da praxe «Não participei em todas as atividades relacionadas com a praxe mas nas que tive oportunidade de participar vivem-se sentimentos ambivalentes. Durante as praxes conhecemos pessoas, adquirimos uma posição e crescemos, sentimo-nos em baixo às vezes e felizes noutras, pois as atividades tanto são engraçadas como também nos expõem, mas aprendemos a derrubar constrangimentos e a sermos mais confiantes em nós próprios. Conhecemos pessoas que nos ajudam a concluir esta fase e que ficam na memória, por bons e maus motivos. Nas praxes atuamos segundo o nosso papel e fora das praxes convivemos normalmente e bem com os veteranos».

Estes excertos revelam que a praxe é um modo de conhecer novas pessoas e de conviver, mas que essa convivência ocorre num contexto de simulação de hierarquias de prepotência, submissão e humilhação, daí a ambivalência com que é vivido. Parecem não existir diferenças entre as experiências dos estudantes em função do sexo, embora os do sexo masculino aparentem maiores níveis de envolvimento nas atividades (Tabela 1).

Dos 36 estudantes da UAc, vinte e sete (vinte e três do sexo feminino e quatro do sexo masculino) afirmaram não ter participado em nenhuma das atividades relacionadas com a praxe e nove admitiram ter nele participado (seis do sexo feminino e três do sexo masculino). Estes dados parecem revelar uma menor adesão ao trote por parte dos estudantes da UAc. A Tabela 2 apresenta as atividades descritas pelos estudantes e, como cada um podia inventariar várias atividades, a soma das atividades inventariadas é superior ao número de estudantes. Salientam-se algumas atividades bastante frequentes de tonalidade positiva, tais como festas, jantares, convívios, participação nas Tunas, e outras menos positivas, tais como servir os veteranos e comparecer em certas horas junto dos veteranos para carimbar cartões para evitar “penas mais duras”, nas palavras dos próprios. As atividades descritas são similares às do IPP, apenas não surgiram a imitação de animais e poses sexuais (pelo menos de forma explícita). Contudo, alguns dos que afirmaram não participar no trote, relataram observação de atos de submissão dos caloiros, como ajoelhar-se perante os veteranos, batismo no lago da Universidade, caloiros vestidos com trajes de fantasia, cantares, gritos pela rua e as denominadas trupes.

De entre os que aderiram à praxe, um estudante de 18 anos, afirma: «Eu pessoalmente participei na quinzena da praxe da minha Universidade. Foi interessante com algumas festas, jantares e muitos convívios (trupes), serviu para conhecer muitas pessoas e fazer amigos. Além disso, faço parte de uma tuna onde também há praxe (mais severa e mais recompensadora) e sinto que faço parte de uma irmandade». Não é especificado o significado de “praxe mais severa e mais recompensadora”, mas a revelação do sentimento de pertença a uma irmandade parece revelar o forte desejo de pertença a um grupo social percebido como prestigiado. Uma estudante de 19 anos, refere «...as trupes eram uma das atividades da quinzena do caloiro, começava às 8h da noite e prolongava-se pela noite fora. Consistia em jogos que nos davam a possibilidade de nos conhecermos melhor uns aos outros. Na semana académica já nos conhecemos uns aos outros, portanto é mais um ambiente de festa». Vários estudantes consideram que a participação nestas atividades possibilita uma melhor integração na universidade e quase todos afirmam que possibilita o conhecimento de novos colegas e amigos e um incremento do convívio entre pares. Contudo, alguns afirmam também que certas atividades lhes desagradavam por não lhes parecerem apropriadas.

Tipo de atividade	Sexo feminino	Sexo masculino
Festas, Jantares, Conhecer novas pessoas, Conviver	3 (50%)	2 (66.6%)
Participação nas Tunas (grupo coral do ensino superior)	3 (50%)	1 (33.3%)
Batismo do caloiro no lago situado no campus universitário da Uac	0 (0%)	1 (33.3%)
Envolvimento nas trupes – atividade que se iniciava às 20h e se prolongava pela noite fora, em que os veteranos agrupados desafiavam os caloiros que iam encontrando com vários jogos (não especificados).	1 (16.7%)	1 (33.3%)
Fazer exercício físico (flexões).	1 (16.7%)	0 (0%)
Fazer serviços aos veteranos (levar café, varrer o chão, comparecer a certas horas do dia junto dos veteranos para carimbar cartões, de forma a evitar penas mais duras em tribunal de praxe).	1 (16.7%)	1 (33.3%)
Inventar coreografias de dança para músicas dadas pelos veteranos que os caloiros tinham que dançar em grupo.	0 (0%)	1 (16.7%)
Totais	6 (100%)	3 (100%)

*Tabela 2*

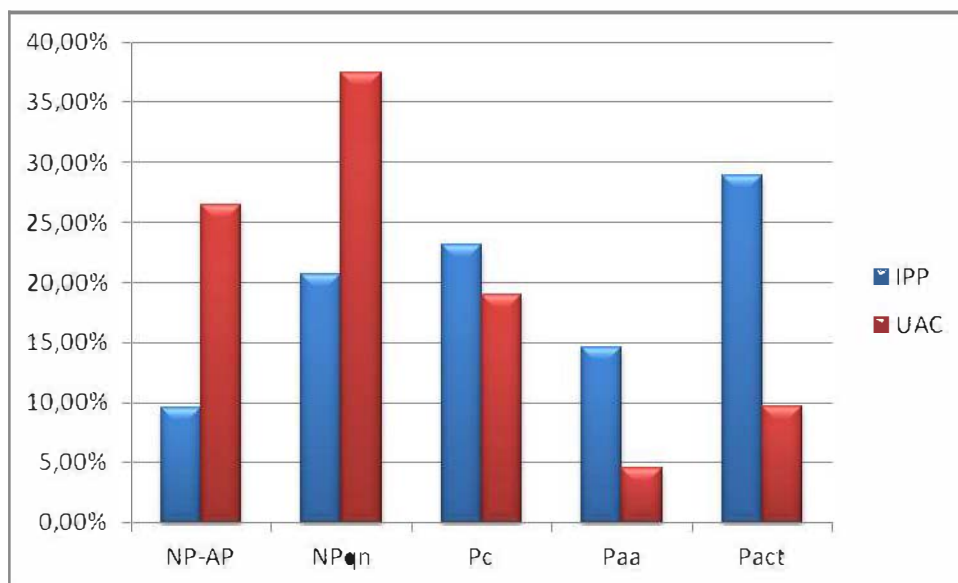
Descrições feitas pelos estudantes da UAc sobre as atividades em que participaram no âmbito da praxe n = 9

Globalmente, considerados os dados das duas instituições, ressalta um maior envolvimento na praxe por parte dos estudantes do IPP; relatos de mais atividades de natureza abusiva e humilhante no IPP, comparativamente à UAc; não parecem existir grandes diferenças no tipo de atividades em que os estudantes se envolvem, em função do sexo, nas duas instituições. Contudo, na UAc os estudantes detalharam menos as atividades em que participaram e, tal como fica implícito num dos relatos atrás descritos, parece também existir também a componente de simulação de submissão-dominação e algum abuso por parte de alguns veteranos. Na UAc o sentimento de ambivalência face à praxe parece menos saliente, talvez porque aqueles que têm dúvidas sobre a natureza dessas atividades se limitem a nelas não participar, contrariamente ao que acontece no IPP em que quase todos participaram.

### 3.2. Estudo 2 – Envolvimento e opiniões dos estudantes sobre a praxe académica

No que refere ao grau de envolvimento dos estudantes nas atividades de praxe académica, no IPP verificou-se que 9.6% dos inquiridos não participaram nas praxes e declararam-se “*anti-trote*” (NP-AP), 20.7% não participaram em “*quase nada*” mas não se declararam “*anti-praxe*” (NPqn), 23.1% participaram somente como caloiros (Pc) e 14.6% participaram nos trotes mas em apenas algumas atividades (Paa) e 28.9%

participaram ativamente nos trotes em quase todas as atividades (Pact). No caso dos estudantes da Uac verificou-se que 26.5% dos inquiridos não participaram nas praxes e declararam-se “*anti-praxe*”, 37.4% não participaram em “*quase nada*” mas não se declararam “*anti-praxe*”, 19.0% participaram somente como caloiros e 4.6% participaram em apenas algumas atividades, de praxe, 9.7% participaram nela ativamente, envolvendo-se em quase todas as atividades, conforme se apresenta no Gráfico 1.

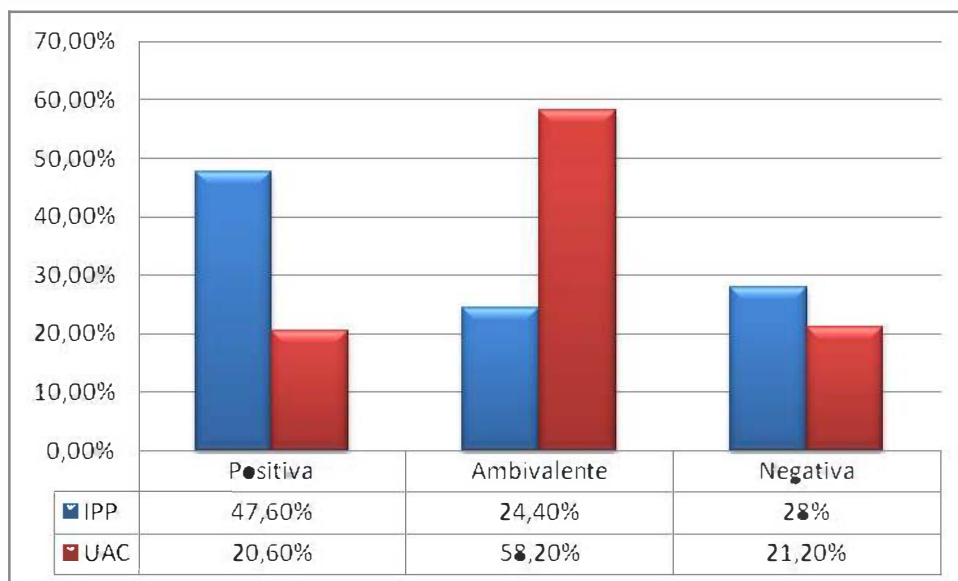


**Gráfico 1**

**Grau de participação que teve nas praxes  
em função da instituição frequentada (IPP ou UAC)**

A leitura do Gráfico 1 evidencia, assim, um maior envolvimento nas atividades da praxe por parte dos estudantes do IPP, comparativamente aos da Uac.

As respostas dadas à questão aberta referente ao tipo de adjetivos utilizados pelos estudantes para caracterizar as praxes foram submetidas a uma análise de respostas múltiplas e a uma análise de conteúdo, da qual resultou a recodificação dessas respostas em três categorias que refletem a opinião dos estudantes sobre as praxes: negativa (por exemplo, humilhante e violenta), ambivalente (por exemplo, integradora e humilhante) e positiva (por exemplo, divertida e integradora) em cada uma das instituições estudadas (Gráfico 2).

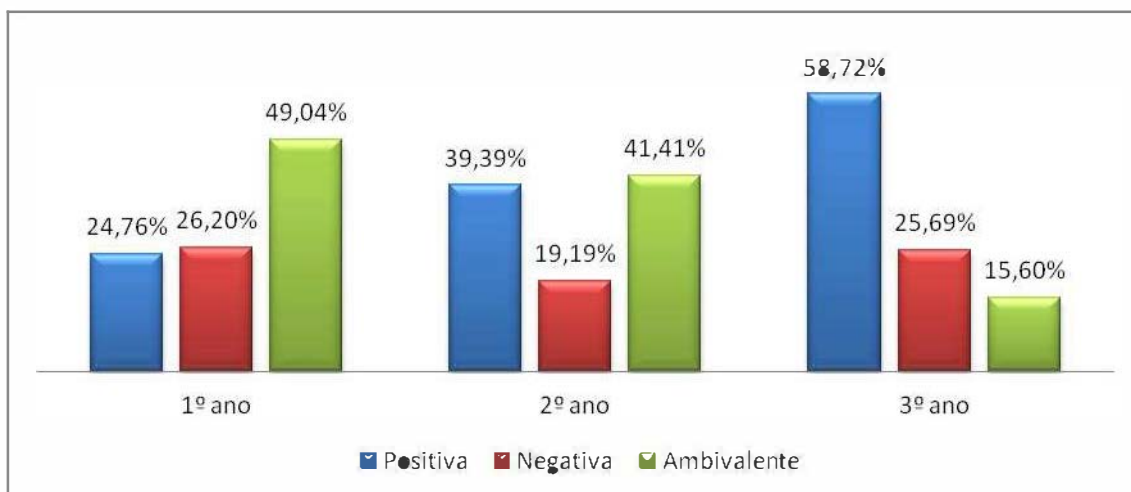


*Gráfico 2*

**Classificação/opinião sobre as praxes (após recodificação dos adjetivos em três categorias) em função da instituição (IPP ou UAC)**

A leitura do Gráfico 2 permite constatar que os estudantes do IPP expressaram uma opinião mais favorável em relação às praxes, comparativamente aos da Uac, enquanto os estudantes da UAc expressaram, na sua maioria, uma opinião ambivalente em relação às praxes. É de salientar ainda que, utilizando o teste de independência do qui-quadrado, foi encontrada uma associação, estatisticamente significativa ( $\chi^2=86,458$ ;  $p=0.000$ ), entre o tipo de opinião emitido relativamente às praxes e a instituição frequentada

No que respeita à opinião dos estudantes em função do ano de escolaridade do curso frequentado, verificou-se uma associação estatisticamente significativa ( $\chi^2=57,25$ ;  $p=0.000$ ) entre o ano do curso frequentado pelos estudantes das duas instituições, globalmente consideradas, e a opinião em relação à praxe, tendo em atenção o tipo de adjetivos utilizados para a classificar. Os estudantes do 1.º ano manifestaram uma opinião predominantemente de natureza ambivalente em relação às praxes, enquanto os do 3.º ano tenderam a manifestar uma opinião mais positiva, tal como se pode visualizar no Gráfico 3. Esta associação entre o ano de escolaridade frequentado pelos estudantes e o tipo de opinião emitido em relação às praxes apenas foi estatisticamente significativa no caso do IPP ( $\chi^2=20,458$ ;  $p=0.002$ ), quando as análises foram efetuadas separadamente para cada uma das instituições.



**Gráfico 3**

Tipo de adjetivos utilizados para classificar a praxe, refletindo a opinião dos estudantes em função do ano de escolaridade (em %)

#### 4. CONCLUSÕES E DISCUSSÃO

Os dados obtidos revelam um maior envolvimento dos estudantes do IPP na praxe académica, comparativamente aos da UAc nos dois estudos; mais sentimentos de ambivalência vividos durante a praxe por parte dos estudantes da Uac, comparativamente aos do IPP no segundo estudo e o inverso no primeiro estudo (talvez porque se incluiu estudantes que participaram mais ativamente no trote no IPP comparativamente à UAc); mais sentimentos de ambivalência vividos pelos estudantes do 1.º e do 2.º anos, comparativamente aos do 3.º ano (o que parece revelar que a dominação agrada mais aos estudantes que a submissão); vivência de atividades de simulação do tipo submissão-domação por parte dos estudantes das duas instituições, em simultâneo com a percepção de que a praxe permite um incremento da socialização, do convívio e a possibilidade de conhecer em pouco tempo novos colegas de outros cursos e de outros anos de escolaridade, tudo se passando como se alguns dos abusos ou brincadeiras humilhantes constituíssem o preço a pagar para permitir a integração em novos grupos de pares e o alargamento das relações sociais.

Estes dados são coerentes com os obtidos em estudos realizados noutras universidades com outras metodologias (e.g., Dias & Sá, 2013, Oliveira et al, 2016). Contudo, a ideia de que as praxes constituem um ritual merece-nos alguma reflexão, visto que o que assegura a passagem ao ensino superior são as notas de acesso (dos exames e ensino secundário) e não as praxes, além de que a lei em vigor e a declaração dos direitos humanos não permitem considerar quem quer que seja de besta, bicho ou cavalo. A natureza das atividades descritas mais parece uma imitação de vários rituais da sociedade. A título de exemplo: só pode vestir o traje académico, em tons de preto e branco, aquele que já foi objeto de praxe e que já não é estudante

do 1.º ano, que é «um doutor», à semelhança do que acontece com os professores universitários que apenas podem vestir o traje académico da sua universidade depois de doutorados e para arguir dissertações de doutoramento. Outro exemplo: o batismo num dos lagos ou espelhos de água das cidades onde a praxe acontece mimetiza o batismo que ocorre na religião católica e que assinala a entrada da pessoa na comunidade cristã. Assim, parece-nos que a praxe não constitui propriamente um ritual de passagem, mas antes imita ou mimetiza vários dos rituais de passagem da sociedade civil, militar e religiosa, constituindo-se como uma espécie de pseudoritual que envolve os recém-chegados e assegura o convívio em determinados grupos.

Como afirmam Lopes e Sebastião (2017, p. 8), o «[...] caráter múltiplo e contraditório da praxe associa-se aos dilemas da juventude portuguesa e às tensões sobre a massificação do ensino superior, à inflação dos diplomas e à perda do seu valor relativo, bem como à generalização da moratória nas transições para a vida adulta [...]».

Nos últimos anos surgiu um novo tipo de praxe, a designada “praxe solidária”, em que os estudantes se envolvem em algum tipo de trabalho voluntário a favor de uma instituição de solidariedade social, mas nem sempre esta atividade é vista como voluntária.

A natureza da praxe estudantil configura aquilo que Zimbardo (2007) denomina de “situação social total”, podendo facilmente resvalar para comportamentos temerários, desviantes ou mesmo violentos. Um estudo prévio com esta amostra revelou que 11% dos estudantes da UAc e 19% dos estudantes do IPP consideraram que a praxe incluía alguma forma de violência (Caldeira et al., 2015).

Com vista à prevenção da violência entre estudantes de ensino superior, as instituições de ensino superior deveriam ou poderiam evitar negociar com as comissões de praxe e promover uma semana de acolhimento e uma semana académica com atividades culturais, desportivas, solidárias e recreativas, que constituíssem uma efetiva alternativa à praxe, em vez de algo que apenas se acrescenta à habitual praxe (Cabral & Mineiro, 2015). A promoção de um acolhimento cordial e solidário será certamente mais favorável ao desenvolvimento de uma cidadania democrática, em adultos que se preparam para o exercício de profissões qualificadas.

## REFERÊNCIAS

- Assembleia da República/ Comissão de Educação e Ciência (2008). (Relator A Drago). *As praxes académicas em Portugal* – Relatório. Disponível em : <http://www.esquerda.net/media/relpraxesar.pdf>
- Cabral, B. M., & Mineiro, J. (2015). *Desobedecer à praxe*. Lisboa: Editora Deriva.
- Código da praxe da Universidade de Coimbra (2013). Acedido em dezembro de 2015 em: [http://mcv.aac.uc.pt/files/Codigo\\_da\\_Praxe3ed.pdf](http://mcv.aac.uc.pt/files/Codigo_da_Praxe3ed.pdf)
- Caldeira, S., Silva, O, Sousa, Á., Martins, M. J. O., Mendes, M., & Botelho, S. (2015). Estudantes do ensino superior, praxe académica e satisfação com a vida. *Revista Configurações*, Temático "Violência e Criminalidade", 16, pp. 97-112 ISBN 1646-5075.-5075.
- Costa, S., Dias, O., & Dias, A. (2013). Trote universitário: diversão ou constrangimento entre académicos da saúde. *Revista de bioética*, 21 (2), 350-358. Acedido em fevereiro de 2016 :<<http://redalyc.org/articulo.oa?id=361533262019>>
- Dias, D., & Sá, M. J. (2013). Rituais de transição no ensino superior português: A praxe enquanto processo de reconfiguração identitária. *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación*, 21 (1), 18, 21-34. [http://ruc.udc.es/bitstream/2183/12618/1/RGP\\_21\\_2013\\_art\\_2.pdf](http://ruc.udc.es/bitstream/2183/12618/1/RGP_21_2013_art_2.pdf)
- Estanque, E. (2016). *Praxe e tradições académicas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Iglesias, F. (2008). Desengajamento moral. In A Bandura, R. Azzi, & S. Polydoro (Orgs.), *Teoria social cognitiva. Conceitos básicos* (pp. 165 -176). S. Paulo: Artmed.
- Lopes, J. T. & Sebastião, J. (2017). (Coords). *A praxe como fenómeno social. Relatório final*. Lisboa: Centro de estudos de investigação em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Acedido em março de 2017 em: [http://www.dges.gov.pt/sites/default/files/naipa/a\\_praxe\\_como\\_fenomeno\\_social.pdf](http://www.dges.gov.pt/sites/default/files/naipa/a_praxe_como_fenomeno_social.pdf)
- Martins, M. J. O., Caldeira, S., Silva, O, Botelho, S., & Mendes, M. (2015). Representações e opiniões dos estudantes de licenciatura sobre as praxes no ensino superior. In E. Chaleta, e colabs. (Eds.) *Atas da III Internacional Conference Learning and Teaching in Higher Education*, Vol. I (pp. 170-181) Évora: Universidade de Évora. Disponível em: [http://www.ciep.uevora.pt/Publicacoes/publicacoes\\_nao\\_periodicas](http://www.ciep.uevora.pt/Publicacoes/publicacoes_nao_periodicas)
- Mccreary, G. R. (2012). *The impact of moral judgment and moral disengagement on hazing attitudes and bystander behavior in college males*. Degree of Doctor of Philosophy in the Department of Educational Leadership, Technology and Policy Studies. University of Alabama. Acedido em janeiro de 2016 on-line: [http://libcontent.lib.ua.edu/content/u0015/0000001/0000929/u0015\\_0000001\\_0000929.pdf](http://libcontent.lib.ua.edu/content/u0015/0000001/0000929/u0015_0000001_0000929.pdf)
- Ministério da Educação e Ciência (2014). *Recomendações às instituições de ensino superior sobre praxes académicas*. Secretário do Estado do Ensino Superior. Acedido em setembro 2014 em: <http://www.portugal.gov.pt/media/1515926/20140909%20mec%20recomendacoes%20praxes.pdf>
- Oliveira, C., Villas-Boas, S., & Las Heras, S. (2016). Assédio no ritual da praxe académica numa universidade pública portuguesa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 80, 49-67. DOI: 10.7458/SPP2016803303.
- Projeto de resolução n.º 120 XVII (2016) Recomendações ao governo - Medidas sobre praxes académicas. Acedido em fevereiro de 2016 em <http://www.beparlamento.net/>
- Resolução da Assembleia da República n.º 38/2016. *Recomenda ao governo o reforço de medidas sobre a praxe académica*. Publicado na I série do Diário da República n.º 40 26 de fevereiro de 2016.
- Santar, I. (2014). *Praxe. O que os pais não sabem sobre as universidades*. Lisboa: Ideia-Fixa
- Zimbardo, P. (2007). *The Lucifer effect. Understanding how good people turn to evil*. New York: Random house
- Zuin, A. S. (2011). O trote universitário como violência espetacular. *Educação e Realidade*, 36 (2), 587-604.